

Pern. Brasil

A nova feição da crise

Apenas aqueles que se deleitam em ser avestruzes é que não vêem os sinais presságios que se acumulam no horizonte. Não nos referimos à situação interna — de si suficiente para preocupar —, mas à externa. Uma crise internacional terá reflexos extremamente danosos sobre a evolução da conjuntura brasileira. O fulcro da crise, hoje, situa-se no plano das relações da América Latina com o mundo desenvolvido, e é nesse plano que se acumulam os sinais intranqüilizadores. Para dizer as coisas com toda a crueza, no instante em que o presidente Raúl Alfonsín — mal refeito de uma derrota eleitoral que os observadores argentinos consideraram esmagadora — se lança a violento ataque contra as instituições internacionais de crédito (FMI e Banco Mundial), além de impor exigências aos bancos credores, é lícito temer que, no Brasil, os que sonhavam com criar um "cartel dos devedores", a fim de dobrar a cerviz do sistema financeiro internacional e do "imperialismo", façam pressão sobre o presidente Sarney e exijam dele, em troca do presidencialismo e dos cinco anos de mandato, que tome posição ao lado de seu colega argentino.

Se a visita do ministro Bresser Pereira a Washington marcou aquilo que se pode chamar de *turning point* na maneira de o governo norte-americano e os bancos credores verem a incapacidade brasileira de administrar a crise no setor externo, o improviso de Alfonsín, na última quinta-feira (poucos dias depois do recuo de Bresser Pereira), indica que as relações entre os países devedores e credores assumirão, daqui para a frente, nova forma. Essa só poderá ser agressiva e dirigida ao confronto; de fato, que maneira heterodoxa e inovadora de resolver o *imbroglio* poderá ser encontrada pelos argentinos se tudo o que a fértil imaginação criadora (às vezes tráfega) dos brasileiros podia produzir foi rejeitado pelos norte-americanos, governo e particulares ao mesmo tempo? A força das coisas, da qual é elemento importante a ascensão peronista, fará que Alfonsín não recue em seu propósito de exigir o congelamento das taxas de juros internacionais em seus níveis históricos e, mais ainda, que os bancos internacionais continuem, compulsoriamente, a emprestar dinheiro aos devedores.

É bem possível que Alfonsín esteja jogando para a platéia que votou no peronismo; deve ver-se, todavia, que o presidente argentino tem presente que foi derrotado por uma política econômica que considerava certa — a qual, apesar de sua heterodoxia, foi aprovada pelo FMI — e que deve conviver

com os efeitos políticos de uma inflação que, em agosto, chegou a mais de 13%. Os rumores de que a tirada de Alfonsín se insere num quadro de endurecimento no trato com a comunidade financeira internacional não devem ser desprezados, especialmente quando se sabe que o governo argentino poderá ser obrigado a pedir um *waiver* ao FMI, pelo não-cumprimento de metas acordadas, e que, diante disso e da derrota eleitoral, Alfonsín decretaria a moratória unilateral.

As repercussões da moratória argentina na comunidade internacional, se ela vier a concretizar-se, serão extremamente danosas para a posição do Brasil no processo de negociação. Na verdade, os bancos credores já começam a dar evidentes sinais de irritação com o fato de Brasília não ter avançado proposta concreta alguma desde o dia 20 de fevereiro, quando se decretou a moratória. Ao ler a imprensa europeia e norte-americana, tem-se a impressão de que a paciência chegou ao seu limite, não tanto pelo fato de não se ter concluído acordo sobre como resolver a questão da dívida, mas pelo fato de os credores começarem a sentir que são tratados com evidente menosprezo pelo governo brasileiro.

É público e notório que o ministro Bresser Pereira não deseja romper com a comunidade financeira internacional; é igualmente notório que os bancos talvez não tenham condições de aplicar represálias de vulto contra o Brasil. A questão que se coloca, no entanto, não é saber se o ministro da Fazenda vai criar situações que aumentem a tensão entre o Brasil e seus credores, ou se esses vão suspender créditos e sufocar o comércio internacional brasileiro. Mais importante do que isso é ver que a posição brasileira de relativo desprezo pelas normas da comunidade internacional (evidente durante toda a gestão Funaro) irá somar-se à crise aberta pela Argentina. Será difícil impedir que os credores — e os governos, especialmente o norte-americano — atribuam o gesto de Alfonsín ao fato de o Brasil ter tido a conduta que teve sem — e isso é importante — sofrer a menor represália, nem mesmo verbal. Se a Argentina vier a declarar moratória, por mais que o governo brasileiro não queira associar-se a esse ato de desespero, será responsabilizado moralmente, ao menos, por ele.

Esse é um dos lados da questão. Outro, não menos delicado e que ajuda a compor o quadro de forças em que o Brasil deverá agir, é que os bancos norte-americanos têm um prazo fatal, aliás reiterado pelo secretário do Te-

souro em entrevista ao *Los Angeles Times*. A 26 de outubro, o governo norte-americano deverá estar informado de razoáveis progressos nas negociações entre o Brasil e os bancos dos Estados Unidos sob pena de ter de rebaixar a classificação dos créditos brasileiros, com evidentes prejuízos para os bancos.

Essa situação, que alguns, no Brasil, acreditam trabalhar em favor da tese do endurecimento, apenas se refletirá negativamente sobre os créditos brasileiros. Mesmo que seja verdadeira a tese segundo a qual não haverá represálias, será difícil impedir, diante da reclassificação dos créditos brasileiros, que alguns bancos se vejam impossibilitados de emprestar *new money* e levados a cortar créditos de curto prazo já concedidos. Essa possibilidade poderá converter-se em uma probabilidade na interveniência de fato novo, que será a moratória argentina. Queira ou não Brasília, se a Argentina se somar ao Peru e ao Brasil, o "cartel dos devedores" estará implantado na prática com fundas repercussões sobre o sistema financeiro internacional, pois inviabilizaria qualquer negociação "convencional". Ora, é a pergunta que se deve fazer, será possível imaginar uma situação como essa sem que haja repercussões negativas sobre o comércio exterior brasileiro? Sobre seu sistema financeiro? E sobre a economia interna do País, para não falar sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte?

É assaz provável que o presidente Alfonsín esteja disposto a ultrapassar os peronistas pela esquerda, ressuscitando o espectro do velho nacionalismo argentino; é possível que os sonhos de unidade latino-americana contra o "imperialismo" ressurjam em diferentes países. Terá, o Brasil, nessa emergência, condições para resistir às pressões dessa "esquerda burra"?

Ao jogar a cartada do desespero, responsabilizando o sistema financeiro internacional pela crise decorrente da incapacidade de equacionar corretamente seus problemas internos, alguns governos latino-americanos poderão estar abrindo caminho para uma fase de aguda crise econômica e social, cujas consequências para o futuro das nações envolvidas são imprevisíveis. Seria bom que os aprendizes de feitiço, que dirigem nações que foram esperanças de uma nova maneira de viver, voltassem à terra e tomassem consciência do que pode vir a representar para os povos deste continente o desejo de derrotar o sistema financeiro internacional, deixando de honrar compromissos assumidos.